



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

RESOLUÇÃO DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO (CONSUNI)
Nº 15/2008

Dispõe sobre a proposta de criação do Curso de Especialização para os servidores técnico-administrativos da UFT em “Administração Pública com ênfase em Gestão Universitária”

O Egrégio Conselho Universitário da Universidade Federal do Tocantins (UFT), reunido em sessão ordinária no dia 19 de fevereiro de 2008, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar a criação do Curso de Especialização para os servidores técnico-administrativos da UFT em “Administração Pública com ênfase em Gestão Universitária”.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor a partir desta data.

Palmas, 19 de fevereiro de 2008.

Prof. Alan Barbiero
Reitor

ep.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

Projeto Pedagógico do Curso de Pós-Graduação em
“ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA COM ÊNFASE EM GESTÃO UNIVERSITÁRIA”

De acordo com PDIPCCTAE

Reitor
Prof^o Alan Barbiero

Vice-Reitora
Prof^a Flávia Tonani

Pró-Reitora de Administração e Finanças
Prof^a Ana Lúcia de Medeiros

Diretor de Desenvolvimento Humano
Emerson Subtil Denicole

Coordenadoria de Formação e Qualificação
Selma Carmo de Sousa

Setor de Capacitação
Keline Sousa e Silva

Divisão de Capacitação
Henrique Passos Valente

Setor de Desenvolvimento
Suely Pereira Lopes

Organização
Prof^a Ana Lúcia Medeiros
Emerson Subtil Denicole
Selma Carmo de Sousa

Elaboração e Diagramação
Prof^a Ana Lúcia Medeiros
Emerson Denicoli
Selma Carmo de Sousa

SUMÁRIO

1 - JUSTIFICATIVA.....	4
2 – PDIPCCTAE	4
Breve Histórico.....	4
3 – OBJETIVOS.....	6
3.1 Objetivo Geral:	6
3.2 Objetivos Específicos:	6
3.3 Objetivos de Aprendizagem	6
4 – PÚBLICO-ALVO.....	6
5 - CONCEPÇÃO DO PROGRAMA	7
6 – COORDENAÇÃO	7
7 - CARGA HORÁRIA.....	7
8 - PERÍODO E PERIODICIDADE	7
9 – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	8
9.1 Disciplinas, Carga Horária, Ementa e Bibliografia básica	8
10 – CRONOGRAMA DAS DISCIPLINAS E CORPO DOCENTE	16
10.1- Equipe Coordenação	17
11 – METODOLOGIA.....	17
12 – INTERDISCIPLINARIDADE	18
13 - TECNOLOGIA	18
14 - INFRA-ESTRUTURA FÍSICA	18
15 – CRITÉRIOS DE SELEÇÃO	18
16 – INSCRIÇÃO.....	19
17 – PERÍODO DE INSCRIÇÕES	19
18 - RESULTADO	20
19 - MATRÍCULAS.....	20
20 – SISTEMA DE AVALIAÇÃO	20
20.1 Conceito para aprovação na disciplina e no programa	20
20.2 Critério de avaliação do desempenho do aluno na disciplina.....	21
20.3 Modelo de avaliação do desempenho da disciplina/curso- alunos/professor	21
21 - CONTROLE DE FREQUÊNCIA.....	21
22 – CRITÉRIOS DE APROVAÇÃO	21
23 – ARTIGO (COM ÊNFASE EM ORGANIZAÇÃO).....	21
24 – CERTIFICAÇÃO	22
25 - DESISTÊNCIAS E ABANDONOS	22
26 – INDICADORES DE DESEMPENHO	23
26.1 Indicador de titulação dos professores.....	23
26.2 Indicador de ingressos ao curso.....	23
26.3 Indicador de eficácia do curso.....	23

Nome do Curso e Área do Conhecimento:

Nome do Curso: Administração Pública com Ênfase em Gestão Universitária

Área de Conhecimento: Administração Pública

Área de Concentração: Gestão Universitária

Curso: Presencial.

1 - JUSTIFICATIVA

O ambiente institucional das universidades públicas tem sofrido várias mudanças nos últimos anos, a destacar:

- A Reforma Universitária;
- Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES;
- Inovações Tecnológicas de gestão do conhecimento e de educação superior;
- Plano de Carreira dos Técnico-administrativos das IFES - PDIPCCTAE.

Percebemos que as mesmas interferem radicalmente nos processos e métodos de trabalho oferecidos à comunidade acadêmica e comunidade externa.

Diante de tal contexto, faz necessário a criação de um programa de capacitação a partir da formação específica dos profissionais técnico-administrativos no campo da gestão pública universitária.

2 – PDIPCCTAE

Breve Histórico

O Governo Federal instituiu o Plano de Desenvolvimento dos Integrantes do Plano de Cargos dos Técnico-Administrativos das IFES - PDIPCCTAE, que visa atender à Lei 11.091, de 12 de janeiro de 2005, e as diretrizes gerais instituídas pela legislação complementar do Ministério da Educação e demais Resoluções da Comissão Nacional de Supervisão.

O Plano de Desenvolvimento dos Integrantes da Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação busca afirmar que a política de desenvolvimento dos servidores, que envolve capacitação e avaliação de desempenho, deve ser orientada pelo Estado e pelo projeto de cada um de seus Órgãos para, a um só tempo, responder às necessidades de qualificar os serviços e aos anseios de crescimento profissional dos servidores.

O desenvolvimento na carreira visa à qualificação do processo de trabalho, considerando sua natureza dinâmica, e o cumprimento da função social da Instituição constituindo-se em perspectiva funcional que tenha como parâmetros o planejamento, o desenvolvimento institucional e a realização profissional dos trabalhadores.

O Plano de Desenvolvimento dos Integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-administrativos em Educação, vinculado ao Plano de Desenvolvimento Institucional.

O Plano de Desenvolvimento foi definido, visando:

1. Garantir a apropriação do processo de trabalho pelos servidores, inserindo-os como sujeitos no planejamento institucional;
2. Institucionalizar a participação dos cidadãos usuários no pensar e avaliar as atividades institucionais;

3. Oferecer condições institucionais para capacitação e avaliação que tornem viável a prestação de serviços de qualidade, no cumprimento dos objetivos institucionais, o desenvolvimento das potencialidades dos servidores e sua realização profissional como cidadãos;
4. Viabilizar a análise sistemática do quadro de pessoal técnico-administrativo e da organização do processo de trabalho, visando a sua permanente adequação às necessidades institucionais;
5. Garantir a distribuição equânime de pessoal nas diversas unidades e ambientes da Instituição.

Princípios:

Os princípios básicos do PDIPCCTAE que balizam os Projetos de Dimensionamento das Necessidades Institucionais de Pessoal, com definição de modelos de alocação de vagas, de Capacitação e Aperfeiçoamento e o de Avaliação de Desempenho, são:

1. Natureza do processo educativo, função social e objetivo do Sistema Federal de Ensino;
2. Dinâmica dos processos de pesquisa, de ensino, de extensão e de administração, e as competências específicas decorrentes;
3. Qualidade do processo de trabalho;
4. Reconhecimento do saber não instituído resultante da atuação profissional na dinâmica de ensino, de pesquisa e de extensão;
5. Vinculação ao planejamento estratégico e ao desenvolvimento organizacional da Universidade;
6. Investidura em cada cargo condicionada à aprovação em concurso público;
7. Desenvolvimento do servidor vinculado aos objetivos institucionais;
8. Garantia de programas de capacitação que contemplem a formação específica e a geral, nesta incluída a educação formal;
9. Avaliação do desempenho funcional dos servidores, como processo pedagógico, realizada mediante critérios objetivos decorrentes das metas institucionais, referenciada no caráter coletivo do trabalho e nas expectativas dos usuários;
10. Oportunidade de acesso às atividades de direção, assessoramento, chefia, coordenação e assistência, respeitadas as normas específicas e o mérito;
11. Cooperação técnica entre as instituições do Sistema Federal de Ensino e entre essas e o Ministério da Educação; e
12. Co-responsabilidade pela gestão da carreira e do PDIPCCTAE entre os dirigentes máximos da UFT, os responsáveis pelas unidades administrativas e as áreas de desenvolvimento humano.

O Desenvolvimento Humano é determinante para eficácia profissional e também as lacunas de qualificação dos servidores para tarefas específicas, além de fornecer recursos para aperfeiçoar suas capacidades, competências essenciais suas habilidades e conhecimentos.

Também é notável que existe uma demanda para os Cursos de Educação Continuada em nível de Pós-Graduação Lato-Sensu, na forma de especialização, Aperfeiçoamento e Atualização, uma vez que as organizações estão buscando otimização e efetividade de resultados por meio da utilização justa e eficiente dos recursos econômicos, sociais e ambientais empregados. E percebe-se que este contexto de valor econômico se fundamenta em padrões de competitividade baseada em desempenho sustentável das organizações e redes organizacionais de ensino.

3 – OBJETIVOS

3.1 Objetivo Geral:

- Melhorar os resultados dos indicadores de desempenho econômico, social e ambiental relativos à gestão universitária, dos processos e resultados do trabalho no âmbito da comunidade acadêmica e externa da UFT.

3.2 Objetivos Específicos:

Oferecer oportunidade aos servidores técnico-administrativos da UFT, de aprimorar ou ampliar conhecimentos em Gestão Pública, de forma a:

- Propiciar a difusão de conceitos, princípios, processos e práticas da gestão pública, incentivando o desenvolvimento de métodos e técnicas de gerenciamento no ambiente universitário;
- Capacitar gestores e técnicos para um melhor desempenho de suas funções;
- Ampliar o quadro de gestores universitários em condições de assumirem novas e amplas funções visando a ampliação dos resultados no âmbito da responsabilidade social da UFT.
- Formular e implantar um novo modelo de administração Pública e, especialmente, o aprimoramento das competências, buscando a eficiência nas atividades desenvolvidas pelos servidores, objetivando a implementação do Plano de Desenvolvimento dos Integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos da Universidade Federal do Tocantins.
- Desenvolver competências organizacionais e relacionais, como: comunicação, trabalho em equipe e liderança que favoreçam tomadas de decisão em um contexto democrático.

3.3 Objetivos de Aprendizagem

Ao final do curso o participante deverá ser capaz de:

- Desenvolver perspectiva crítica e capacidade de análise do contexto em que atua;
- Compreender e exercitar a visão sistêmica da ação governamental;
- Propor ações transformadoras na gestão da universidade.

4 – PÚBLICO-ALVO

Considerando o Plano de Desenvolvimento dos Integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-administrativos em Educação, vinculado ao Plano de Desenvolvimento Institucional e, Decreto Nº 5.825, de 29 de junho de 2006 que estabelece:

“Artigo 7º inciso II – Capacitar o servidor para o desenvolvimento de ações de gestão pública;

§ IV – Gestão: visa à preparação do servidor para o desenvolvimento da atividade de gestão, que deverá se constituir em pré-requisito para o exercício de funções de chefia, coordenação, assessoramento e direção”.

Neste sentido, o curso será oferecido prioritariamente aos servidores Técnico-administrativos efetivos, que ocupam cargos de chefia e as

demais vagas aos servidores concursados para nível superior e que ainda não cursaram pós-graduação.”

5 - CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

Trabalhar práticas de adaptações e inovações à gestão universitária.

6 – COORDENAÇÃO

Indicação do nome: Selma Carmo de Sousa

Titulação: Administradora

Regime de contratação do coordenador do programa: Dedicção exclusiva;

Número de horas para a Coordenação: 10 horas

E-mail: selmaadm@uft.edu.br

Telefone: 3232-8146

7 - CARGA HORÁRIA

Carga horária total em sala de aula: 368 h/a

Indicação da carga horária total em atividades individuais: 40 h/a

Indicação da carga horária total em, grupos, fora de sala de aula: 80 h/a

Indicação da carga horária total no trabalho de conclusão de curso: 169 h/a

Tendo em conta os objetivos e complexidade do curso, é necessário que o aluno se comprometa com a leitura da bibliografia obrigatória, ou seja, que haja uma dedicação de tempo de estudo individual extra-classe, de modo regular e sistemático.

8 - PERÍODO E PERIODICIDADE

A UFT oferecerá 40 vagas, distribuídas em 01 turma, para o período letivo de março/2008 à Setembro/2008 para os Campi de Miracema, Palmas e Porto nacional.

Período de Realização:

1ª Turma

- Data de início: 14 de março de 2008
- Data de término: 10 de outubro 2008
- Duração do curso: 07 meses

Horário das Aulas

- Sexta-feira – das 18h às 23h
- Sábado – das 7h às 12h e das 13h às 18h (24 encontros de 15h).

O dia 07 de Novembro de 2008 é o prazo final para entrega do Artigo.

8.1 Projeto de Expansão

A UFT pretende expandir a oferta do curso aos demais Campi, de acordo com as seguintes datas:

2ª Turma: Março/ 2009 a Setembro de 2009 para o Campus de Araguaína, Tocantinópolis;

3ª Turma: Março/ 2010 a Setembro de 2010 para o Campus de Gurupi e Arraias.

9 – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

9.1 Disciplinas, Carga Horária, Ementa e Bibliografia básica

1 - Tópico Avançado em Administração Pública	Carga Horária: 30h
Ementa História da Administração Pública. Políticas Públicas. Conflito e Negociação na Administração Pública. Processo Decisório; Políticas públicas para os novos tempos; A organização informal e o conflito nas organizações públicas; A cultura organizativa da Administração Pública.	
Bibliografia Básica Indicada De Plácido e Silva, Vocabulário Jurídico, Rio de Janeiro: Forense, 2001; Di Pietro, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo, 17ª edição, São Paulo: Atlas, 2004; Mafra Filho, Francisco de Salles Almeida, Administração Pública - A Estrutura Administrativa: Conceito, Elementos e Poderes de Estado, no sítio http://www.jurid.com.br ; _____. Fundamentos jurídicos da Administração Pública, Cuiabá: 2005; Meirelles, Hely Lopes. "Direito Administrativo Brasileiro" - 24ª ed. atualizada por Eurico Andrade Azevedo, Délcio Balestero Aleixo e José Emmanuel Burle Filho. SP: Malheiros Editores, 1999.	
2 – Direito Público, Constitucional, Administrativo e Responsabilidade Fiscal.	Carga Horária: 30h
Ementa Direito Constitucional; Direito Administrativo; Direito Financeiro e Tributário. (Lei 4.320/64 e Lei de Responsabilidade Fiscal). Processo administrativo: a Lei 9784/99 Controle Público: ações de improbidade, controle administrativo e controle. Legislativo; Concessões de serviços públicos: concessão, permissão e autorização, agências reguladoras; Gestão contratual na Administração Pública: Lei 8.666, pregão, pregão eletrônico.	
Bibliografia Básica Indicada 1. BRASIL CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL de 1988. 2. BRASIL – Lei Complementar n.º 101 de 05 de maio de 2000. 3. BRASIL LEI N.º 4.320 de 17/03/64 Comentada. IBAM. Lei 8.666. 4. MORAES, Alexandre de. Direito Constitucional Administrativo. São Paulo	

Atlas, 2002

5. DI PIETRO, Sylvia Z. Direito Administrativo. 14ª Ed. São Paulo: Atlas, 2002.

3 - Gestão Moderna de Recursos Humanos e Comportamento Organizacional no Setor Público	Carga Horária: 30h
Ementa <ul style="list-style-type: none">- Principais pressupostos teóricos que fundamentam a definição de políticas e práticas de Gestão de Pessoas no Setor Público.- Principais atividades e procedimentos dos vários subsistemas da Administração de Pessoas e os impactos de sua operacionalização em diferentes instâncias organizacionais.- Processo de formulação de Políticas de Gestão de Pessoas nas organizações do serviço público brasileiro, identificando seus elementos componentes para implementação e avaliação. O novo papel da área de recursos humanos e o papel do gestor público na gestão estratégia de pessoas; <ul style="list-style-type: none">- Gestão de desempenho: desenvolvimento, avaliação, feedback de desempenho e práticas de reconhecimento/avaliação.	
Bibliografia Básica Indicada <p>BITENCOURT, C. BARBOSA, A.C. Q. A gestão de competências IN BITENCOURT, sz C. (org) Gestão contemporânea de pessoas. Porto Alegre: Bookman, 2003.</p> <p>PORTER, Michel E. - Estratégia competitiva: técnicas para análise de indústrias e da concorrência, Rio de Janeiro, Campus, 1986.</p> <p>SENGE, Peter - A quinta disciplina - arte, teoria e prática da organização de aprendizagem. BestSeller, São Paulo, 1990.</p> <p>STEWART, Thomas A. - Capital Intelectual, a nova vantagem competitiva das empresas. Campus, 1998.</p> <p>VERGARA, Silvia Constant. Gestão de pessoas. Atlas, 1999.</p> <p>GIL, Carlos Antônio. Gestão de Pessoas. Atlas, 2000.</p> <p>CHIAVENATO, Idalberto. Recursos Humanos.</p> <p>MARRAS, Fernando.</p> <ul style="list-style-type: none">- ARRUDA, Maria Cecília Coutinho de et al. Fundamentos de ética empresarial e econômica. São Paulo: Atlas, 2001. <p>BERGAMINI, C. W. E CODA, R - Psicodinâmica da Vida Organizacional – Motivação e Liderança. Livraria Pioneira Editora, São Paulo, 1990.</p> <p>CHANLAT, Jean-François. Coord. O individuo na organização: dimensões esquecidas. São Paulo: Atlas, 1996. 2 Vol.</p> <p>CHAUÍ, M. Público, privado, despotismo. In: NOVAES, A. org. Ética. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.</p>	

4- Planejamento Estratégico	Carga Horária: 30h
Ementa <p>Gestão Estratégica. Competência Distintiva. Estratégia Competitiva: forças competitivas e Análise da Cadeia de Valor. Determinantes da vantagem competitiva. A abordagem baseada nos recursos. As competências centrais da empresa. Sucesso e fracasso empresarial: em busca de uma Teoria da competitividade da empresa. Estratégias compartilhadas.</p>	
Bibliografia Básica Indicada <p>ALBRECHT, K. Programando o Futuro: O trem da linha norte. São Paulo, Makron, 1995</p> <p>BOVÉ, José. O mundo não é uma mercadoria. São Paulo, Unesp, 2000.</p> <p>COLLINS, J. Construindo a visão da empresa. São Paulo. HSM, p. 32-42, Mar/Abr; 1998.</p>	

DOWBOR, Ladislau. A reprodução social. Petrópolis, Vozes, 1998.
Dowbor, Ladislau, IANNI, Octavio, RESENDE, Paulo, SILVA, Hélio. (orgs.). Desafios da comunicação. Petrópolis, Vozes, 2001.
KORTEN, Davis. Quando as corporações regem o mundo. São Paulo, Futura, 1996.
LAS CASAS, Alexandre. Qualidade Total em Serviços. 3ª edição. São Paulo, Atlas, 1999.
PORTER, Michael. Estratégia competitiva. Rio de Janeiro.
BARROS, A.A.; A contribuição econômica da educação nas indústrias inovadoras, ter de Doutorado, UFRJ, Instituto de economia, 1997.
PORTER, M.E. Vantagem Competitiva: Criando e sustentando o desempenho superior.

5 - Gestão de Operações e Logística	Carga horária: 15h
<p>Ementa A disciplina estabelece as bases necessárias de conhecimento para o planejamento e controle de estoques, administração do tempo e a logística de operações, apresentando as metodologias alternativas em um contexto de avanço da tecnologia de informação. Da integração de aspectos de desempenho econômico, social e ambiental dos fornecedores da configuração de arranjos inter-organizacionais para a produção, fornecimento e distribuição de materiais, bens e serviços.</p>	
<p>Bibliografia Básica Indicada ALVARENGA, Antônio Carlos. Logística Aplicada – Suprimento e Distribuição. 3ª edição. São Paulo: Edgard Blucher, 2000. BERTAGLIA, Paulo Roberto. Logística e Gerenciamento da Cadeia de Suprimentos. São Paulo: SARAIVA, 2003. NOVAES, Antônio Galvão. Logística e Gerenciamento de Distribuição. Rio de Janeiro: Campus, 2001.</p>	

6 – Introdução a Finanças Públicas	Carga Horária: 30h
<p>Ementa A disciplina aborda a inserção do orçamento público no processo de planejamento governamental por meio do PPA, LDO e LOA, abordando a classificação orçamentária, a elaboração, publicação, execução e avaliação do orçamento. Contabilidade Pública: contabilização dos tipos de receitas e despesas públicas no contexto das universidades federais.</p>	
<p>Bibliografia Básica Indicada ARAÚJO, Inaldo, ARRUDA, Daniel. Contabilidade Pública: Da teoria à prática. São Paulo: SARAIVA, 2004. GIACOMONI, James. Orçamento público. 12ª ed. São Paulo: Atlas, 2003. Lei 4.320/64 atualizada.</p>	

7 - Tendências e Inovações na Gestão Pública	Carga Horária: 30h
<p>Ementa Inovação e mudança na agenda dos governos e organizações públicas; O processo de inovação na gestão pública e sua disseminação: difusão e translação; Inovações em provisão de serviços públicos; Modernização administrativa: novas formas organizativas no setor público; Tecnologia da informação e mudança em práticas de trabalho; Principais tendências na gestão pública: discussão de tendências atuais; Estudos de caso de inovação em gestão pública;</p>	

Discutir as principais tendências e inovações correntes na gestão pública e seu processo de construção e disseminação. Compreender o processo de inovação em gestão.
Construir uma visão crítica das tendências e inovações em gestão pública presentes na agenda do setor público.

Bibliografia Básica Indicada

FARAH, Marta Ferreira Santos. Governo local e novas formas de provisão e gestão de serviços públicos no Brasil. São Paulo: FGVSP. (Cadernos Gestão Pública e Cidadania. n. 4), 1997.

LATOUR, Bruno. Jamais fomos modernos. São Paulo, Editora 34, 1994.

DOWBOR, Ladislau A reprodução social – propostas para uma gestão descentralizada. São Paulo, Vozes, 1998. Bibliografia complementar: LATOUR, Bruno. Ciência em ação. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

MATUS, Carlos. Adeus, senhor presidente: governantes governados. S. Paulo, FUNDAP, 1996. PAULICS, Veronika. Disseminação de inovações em gestão pública. S. Paulo, EAESP/FGV, 2003 (dissertação de mestrado).

PEREIRA, Luis Carlos Bresser e SPINK, Peter. Reforma do Estado e Administração Pública Gerencial. Rio de Janeiro: Editora FGV. 1998.

ROGERS, Everett. Dissemination of innovation. New York. Free Press. 1995. Spink, P., Caccia Bava, S. E Paulics, V. (orgs.) Novos contornos da gestão local: conceitos em construção. São Paulo, Instituto Pólis e FGV-SP, 2002.

WILLIAMS, Melissa Nell. Innovation in local governments: an analysis of process, people, and environment. Austin: The University of Texas at Austin. (Professional report. Master of Public Affairs.), 1990.

8 - Auditoria no Setor Público	Carga Horária: 15h
Ementa Conceitos Básicos: auditoria Interna; Auditoria Independente; Auditoria Governamental; Auditoria Governamental (IN-01- SFC/MF) Estrutura, competência e Finalidade; Objetivo do Exame e Abrangência de atuação; tipos e Formas de Auditoria; Normas Fundamentais. Auditoria Planejada; Noções de Planejamento do Trabalho; Normas de Execução dos Trabalhos; Planos de Auditoria; Estudos e Avaliações dos Controles Internos: Princípios e Procedimentos do Controle Interno; Limitações sobre a eficácia dos Controles Internos.	
Bibliografia Básica Indicada Ferreira. Ricardo J. “Auditoria”; 4ª edição- 2005/RJ: Editora Ferreira. A. Lopes de Sá. Curso de Auditoria; 7ª edição. São Paulo. 1989: Editora Atlas. Mota. João Mauricio. Auditoria – Princípios e Técnicas; 2ª edição: Editora Atlas. Peter, Maria da Glória Arrais; Machado, Marcus Vinicius Veras. Manual de Auditoria Governamental: 1ª edição, 2003: Editora Atlas.	

9 - Metodologia Científica	Carga Horária: 15 h
Ementa Conceituação de Diversos Tipos de Relatórios; Recomendações da ABNT para Elaboração de Relatórios; Os Elementos Componentes de um Relatório Técnico: Pré-Texto, Texto e Pós-Texto; O processo de planejamento de trabalho científico. Métodos qualitativos e quantitativos; técnicas de coletas de dados; Técnicas de Elaboração de Artigos; Discussão/ Aprovação Tema Artigo.	

Bibliografia Básica Indicada

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6023, NBR 6024, NBR 6027, NBR 6028, NBR 10520, NBR 14.724. Rio de Janeiro, ABNT, 2001.

CURTLY, M. G.; CRUZ, A. C. Apresentação de trabalhos científicos: guia para alunos de cursos de especialização. Maringá: dental Press, 2000.

DUARTE, Emeide Nóbrega et alii. Manual Técnico para Elaboração de Monografia. 2.ed. João Pessoa, Editora Universitária/UFPB, 1995.

DUARTE, E. N; NEVES, D A B; SANTOS, B L O. Manual técnico para realização de trabalhos monográficos. 3ª ed. João Pessoa; Edit. Universitária/UFPB, 1998.

FRANÇA, J. L. Manual para normalização de publicações técnico-científicas. 4ª ed. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

GOLDEMBERG, Mirian. A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Record, 1997.

RICHARDSON, N. J. Pesquisa Social: métodos e técnicas. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 1989.

TRIVIÑOS, Augusto N.S. Introdução à pesquisa em Ciências Sociais; a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas; 1989.

10 - Gestão de Custos**Carga horária: 30h****Ementa**

Aborda os principais conceitos aplicados à gestão de custos e à utilização deste para fins de decisão, planejamento e controle. É abordada também a implantação de sistemas de custos, além dos diferentes tipos de custos e critérios de rateio.

Bibliografia Básica Indicada

Wernke, Rodney Wernke. Gestão de Custos. São paulo: Atlas, 2001.

Martins, E. Contabilidade de Custos. São Paulo: Atlas, 9ª ed.,2003.

NAKAGAWA, M. ABC: Cisteio Baseado em Atividades, 2ª ed. São Paulo: Atlas 2001.

11 – Gestão de Contratos e Convênios**Carga horária: 15h****Ementa**

Federalismo, efeito concentração e tamanho e grau de descentralização de governos; IN/STN 01/97; convênio e contrato; aparelhamento do proponente; plano de trabalho; exigências da LRF, LDO e Lei 8.666/93; Lei 9.790/99: a OSCIP: qualificação, termo de pareceria, concursos de projetos; contrapartidas: modalidades e reduções; viabilidade técnica e de custos; documentação e regularidade fiscal; termo completo, termo simplificado e portaria ministerial; publicação; transferência de recursos; controle social; aplicação no mercado financeiro; execução do objeto e aquisição de bens e serviços; a função gerencial-fiscalizadora “in loco” do concedente; contrato de repasse junto à instituição financeira oficial federal; o papel da CGU e do TCU; alteração de convênios; prestação de contas, a tomada de contas especial e a inadimplência; casuística sobre transferências.

Bibliografia Básica Indicada

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Convênios: principais informações para estados e municípios. Brasília: Tribunal de Contas da União, 2000. 59p. Disponível em >, acessado em 16.08.2005.

FERRAREZI, Elisabete. OSCIP passo a passo: saiba como obter a qualificação de organização da sociedade civil de interesse público e firmar termo de parceria. Brasília: Agência de Educação para o Desenvolvimento, 2003. 82p.

JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à lei de licitações e contratos administrativos. Rio de Janeiro: Editora Aidê,1996.

MENDES, Renato Geraldo. Lei de licitações e contratos anotada. 4ª ed. São Paulo: Editora Síntese, 2002. .

PEREIRA JUNIOR, Jessé Torres. Comentários à lei de licitações e contratos da administração pública. Rio de Janeiro: Editora Renovar, 1996.

SIMON, Pedro. A nova lei de licitações e contratos administrativos. Brasília: Senado Federal, 1993. 288p.

BUZAN, Tony. Mapas mentais e sua elaboração: um sistema definitivo de pensamento que transformará a sua vida. São Paulo: Cultrix, 2005. 118p.

GOMES, Paulo Ricardo Grazziotin. Ementário de gestão pública: base de conhecimento (num contexto de economia solidária) para sistematização e comunicação gratuitas de saberes em gestão pública, gerados no TCU (e publicados no DOU), em prol da qualificação técnica de gestores governamentais e de discentes da ABOP e da ENAP. Disponível em < <http://groups.google.com.br/group/equipetd>>, acessado em 16.08.2005.

12 - Gestão de Projetos	Carga horária: 30h
<p>Ementa</p> <p>A disciplina apresenta e conceitua as etapas lógicas que devem ser seguidas para elaborar e analisar um projeto no contexto de uma instituição universitária federal. De caráter multidisciplinar de processos e resultados, captação de recursos, acompanhamento e avaliação, configurando os projetos e as ferramentas de gerenciamento com base em aplicativos computacionais.</p>	
<p>Bibliografia Básica Indicada</p> <p>KEELING, Ralph. Gestão de Projetos. São Paulo: SARAIVA, 2002.</p> <p>MARINO, Eduardo. Manual de Avaliação de Projetos Sociais. 2ª edição. São Paulo: Saraiva, 2003.</p> <p>MENEZES, Luís César Moura. Gestão de Projetos. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2003.</p> <p>VALERIANO, Dalton. Moderno gerenciamento de Projetos. São Paulo: Pearson, 2005.</p>	

13 - Avaliação de Programas e Construção de Indicadores de Gestão para Entidades Públicas	Carga horária: 15h
<p>Ementa</p> <p>Metodologias de monitoramento das ações governamentais: o papel dos indicadores de gestão: avaliação de desempenho, avaliação de processo e avaliação de produto. Metodologia de avaliação de resultados de projetos, programas e políticas públicas. Principais estratégias de avaliação: avaliação participativa, mapeamento organizacional, marco lógico, análise de custo-benefício, avaliação de impacto social.</p> <p>Metodologias para avaliação de boas práticas de gestão pública: a análise esforços/resultados, envoltória de dados, a análise de impacto.</p>	
<p>Bibliografia Básica Indicada</p> <p>CALMON, Kátia Maria Naslaseni. Avaliação de programas e dinâmica da aprendizagem organizacional. Revista Planejamento e Políticas Públicas, v. 1, n. 1. Brasília: IPEA, 1989.</p> <p>JANNUZZI, P.M. e CAVATI So., H. Informação econômica no Sistema Estatístico Brasileiro. Rio de Janeiro, 2005 (mimeo).</p> <p>GARCIA, R.C. Subsídios para organizar avaliações da ação governamental. Planejamento e Políticas Públicas, Brasília, 23-7:70, 2001.</p>	

14 - Comportamento Organizacional	Carga horária: 15h
--	---------------------------

Ementa

Estudo dos múltiplos aspectos do comportamento humano nas organizações ;
Relação entre conduta humana e trabalho – comportamento e Relacionamento Interpessoal –
Superego pós- moderno – Inteligências e competências múltiplas – A reflexividade -
Criatividade: Dimensão pessoal e empresarial – Ética – Ética nas organizações;
Administração de conflitos e promoção de cooperação;
Administração de conflitos e promoção da cooperação;
Papel do gerente desenvolvedor (coach);
Gestão de desempenho: desenvolvimento, avaliação feedback de desempenho e práticas de
reconhecimento/avaliação.

Bibliografia Básica Indicada

ARRUDA, Maria Cecília Coutinho de et al. Fundamentos de ética empresarial e econômica. São Paulo: Atlas, 2001.
BERGAMINI, C. W. E CODA, R - Psicodinâmica da Vida Organizacional – Motivação e Liderança. Livraria Pioneira Editora, São Paulo, 1990.
CHANLAT, Jean-François. Coord. O individuo na organização: dimensões esquecidas. São Paulo: Atlas, 1996. 2 Vol.
CHAUÍ, M. Público, privado, despotismo. In: NOVAES, A. org. Ética. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
CHIAVENATO, Idalberto. Recursos Humanos. São Paulo: Atlas, 2004.
DAVIS, Keith; NEWATROM, Jonh W. Comportamento humano no trabalho: uma abordagem psicológica. São Paulo: Pioneira, 1992. (volume I).
DAVIS, Keith; NEWATROM, Jonh W. Comportamento humano no trabalho: uma abordagem organizacional. São Paulo: Pioneira, 1996 (volume II).
FLEURY, Maria Tereza Leme; FISCHER, Rosa Maria. Cultura e poder nas organizações; Robbins, Stephen P. Fundamentos de Comportamento Organizacional. 7ª edição. São Paulo: Pearson, 2004.

15 - Responsabilidade Social e Governança**Carga horária: 15h****Ementa**

O conceito de responsabilidade social, sustentabilidade e de organizações responsáveis. Os desafios éticos e os stakeholders da organização. Transparência, Governança e Balanço Social. A comunicação e o conhecimento como vetor da dinâmica de consciência coletiva. Indicadores de responsabilidade social e ferramentas de gestão da responsabilidade social. Sistema de Gestão para a Responsabilidade Social. A responsabilidade social das instituições universitárias segundo o Sistema Nacional da Avaliação da Educação Superior – SINAES.

Bibliografia Básica Indicada

ASHLEY, Patrícia Almeida. Ética e Responsabilidade Social nos negócios. 2ª edição. São Paulo: SARAIVA, 2005.
Norma ABNT 16001. Norma para Sistemas de Gestão da Responsabilidade Social. Rio de Janeiro: ABNT, 2007.
Melo Neto, Francisco Paulo de; Brennand, Jorgiana Melo. Empresas Socialmente sustentáveis – O desafio da gestão moderna. Rio de Janeiro: QualityMark, 2004
TINOCO, João E. Prudêncio. Balanço Social. São Paulo: Atlas, 2001.

16 – Universidade e Sociedade**Carga Horária: 30h****Ementa**

Origens e evolução da Universidade;
Desenvolvimento do ensino superior no Brasil;

Relações da Universidade com a sociedade;
 Privatização do ensino superior;
 A reforma universitária;
 A educação superior a distância no Brasil e na UFT;
 Mudanças e Perspectivas para a universidade brasileira.
 Os principais atores do ensino superior no Brasil:

- os estudantes;
- o pessoal docente;
- o pessoal técnico-administrativo;

Políticas, estrutura e o funcionamento da UFT.

Bibliografia Básica Indicada

BOAVENTURA, Sousa,

BROTTI, Maria Gorete. (et al.). A gestão universitária em debate. Florianópolis, Insular, 2000.

CHAVI, Marilena,

FINGER e GROSS. Da universidade que temos para a universidade que queremos. São Paulo: Atlas, 2001

GRACIANI, Maria Estela Santos. O Ensino Superior no Brasil: a estrutura de poder nas universidades em questão. Petrópolis: Vozes, 1982.

JANOTTI, Aldo. Origens da universidade: a singularidade do caso português, 2ª Edição, São Paulo: EDUSP, 1992.

MARTINS FILHO, José. Em defesa das universidades. Brasília: CRUB, 1997.

SILVEIRA, Amélia; COLOSSI, Nelson; SOUZA, Cláudia Gonçalves de. Administração Universitária: Estudos Brasileiros. Florianópolis; Insular, 1998.

SOARES, Maria Susana Arrosa (Org.). A educação Superior no Brasil. Brasília: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, 2002.

TACHIZAWA, Takeshy; ANDRADE, Rui Otávio Bernardes. Gestão de instituições de ensino. 3ª ed. Rio de Janeiro, 2002.

VAHL, Teodoro Rogério; MEYER JR., Victor; FINGER, Almeri Paulo. Desafios da Administração Universitária. Florianópolis: Ed.UFSC, 1989.

Seminário/ Conferências :	Carga horária: 8h
Ementa: Não se aplica	
1- Os Desafios da Gestão Universitária no Cenário Atual;	
2- Desenvolvendo Novos Paradigmas e Estratégias de Gestão Pública Universitária.	
Bibliografia Básica	
Não aplicável	

Artigo	Carga horária: 2 meses
Ementa	
Tema a ser discutido com os alunos	
Bibliografia Básica	
Não aplicável	

10 – CRONOGRAMA DAS DISCIPLINAS E CORPO DOCENTE

	DISCIPLINAS	CH	INÍCIO MÊS/ANO	TÉRMINO MÊS/ANO
	Conferência: Os Desafios da Gestão Universitária no Cenário Atual	5h	14 Março/ 2008	14 Março/2008
1.	Tópicos Avançados em Administração Pública	30h	28 – 29 Março/ 2008	4 – 5 Abril/ 2008
2.	Direito Público, Constitucional, Administrativo e Responsabilidade Fiscal.	30h	11 - 12 Abril/ 2008	18 – 19 Abril/ 2008
3.	Gestão Moderna de Recursos Humanos e Comportamento Organizacional no Setor Público.	30h	25-26 Abril / 2008	9-10 Maio / 2008
4.	Planejamento Estratégico	30h	16-17 Maio / 2008	30 -31 Maio / 2008
5.	Gestão de Operações e Logística	15h	6 - 7 Junho / 2008	6 – 7 Junho / 2008
6.	Introdução a Finanças Públicas	30h	13 - 14 Junho/ 2008	20 – 21 Junho / 2008
7.	Tendências e Inovações na Gestão Pública	15h	27 - 28 Junho /2008	27 - 28 Junho /2008
8.	Auditoria no Setor Público	15h	4 – 5 Julho /2008	4 – 5 Julho /2008
9.	Metodologia Científica	15h	11- 12 Julho /2008	11- 12 Julho /2008
10.	Gestão de Custos	15h	1 - 2 Agosto /2008	1 - 2 Agosto /2008
11.	Gestão de Contratos e Convênios	30h	8 - 9 Agosto/2008	15 - 16 Agosto /2008
12.	Gestão de Projetos	30h	22 - 23 Agosto/2008	29 - 30 Agosto/2008
13.	Avaliação de Programas e Construção de Indicadores de Gestão para Entidades Públicas.	15h	5 - 6 Setembro/2008	5 - 6 Setembro/2008
14.	Comportamento Organizacional	15h	12 -13 Setembro/2008	12 -13 Setembro/2008
15.	Responsabilidade Social e Governança.	15h	19-20 Setembro/2008	19-20 Setembro/2008
16.	Gestão Universitária	30h	26 - 27	03 – 04

			Setembro/2008	Outubro/2008
Conferência: Desenvolvendo Novos Paradigmas e Estratégias de Gestão Pública		4h	26 de Setembro de 2008	
ENTREGA DO ARTIGO		07 de Novembro de 2008		

10.1- Equipe Coordenação

	NOME	FUNÇÃO	TÍTULO
1.	Selma Carmo de Sousa	Coordenadora Administrativa	Especial. Gestão e Planejamento de RH
2.	Jaqueline Ramos M. Antunes	Coordenadora Pedagógica	Pedagoga
3.	Evelyn Oliveira	Secretária do Curso	Especialista em Saúde Pública

Princípios Pedagógicos

A proposta do curso parte do entendimento que o educando é participante ativo do processo de aprendizagem, em oposição ao lugar passivo-perceptivo do conhecimento, que, tradicionalmente, lhe é reservado.

Para tanto, as práticas educativas adotadas buscam romper com a equivocada divisão antagônica entre teoria *versus* prática e produção de conhecimento *versus* ensino, considerando como primordial ao espaço educativo os saberes “não formais”, que os participantes trazem de suas experiências profissionais e de vida. Pretende proporcionar um ambiente que provoque inquietações, que desperte o desejo de conhecer, que estimule o espírito crítico e de análise, para o desenvolvimento de uma atitude de investigação por parte dos participantes.

Isso é essencial tanto para um curso de pós-graduação *lato sensu*, no qual o participante, ao final do curso, apresenta, em forma de Artigo, os resultados – fundamentados teoricamente – de uma pesquisa/criação sua, quanto para a formação de lideranças transformadoras da realidade da administração pública brasileira.

O curso tem caráter teórico-aplicado, de modo a articular o saber com o fazer, por meio de casos, jogos e simulações.

11 – METODOLOGIA

A metodologia utilizada contempla a aulas expositivas, com a participação do aluno na aula, através do desenvolvimento de trabalhos individuais e em grupo.

Utilizar-se a:

- Análises de casos, resenhas, estudos dirigidos, pesquisa de campo;
- Dinâmicas de Grupo;
- Debates e discussões em sessões de Sala de Aula, sobre temas abordados durante o curso;
- Palestras;
- Trabalhos e elaboração de Artigo.

As atividades e recursos metodológicos a serem empregados no curso são:

- a) Métodos utilizados: práticas de pesquisas, simulação e estudos de casos, trabalham em equipe;
- b) Atividade de alunos: pesquisar, desenvolver e apresentar artigos, simular situações do mundo real das instituições, estudar fatores comportamentais nas instituições, debater e criar idéias, clarificar conceitos sobre qualidade de vida agregação de valor nas instituições, apresentar conferências;
- c) Atividades do professor: Planejar a disciplina, apresentar o programa da disciplina, organizar os grupos de estudo, orientar os grupos, sugerir melhorias nos trabalhos dos alunos, coordenar seminários e avaliar o desempenho dos alunos.

12 – INTERDISCIPLINARIDADE

Os docentes desenvolverão atividades de intersecção entre disciplinas e entre teoria e prática incorporando a experiência profissional dos discentes e na elaboração de projetos conjuntos. As disciplinas contemplam conhecimentos específicos e conhecimento oriundo das interfaces entre elas, que se integram e se complementam.

13 - TECNOLOGIA

As atividades serão desenvolvidas em aulas presenciais, com apoio de:

- Apostilas,
- Recursos multimídia e,
- Material complementar disponibilizado nas pastas das disciplinas e na Sala Virtual do curso, através de intranet da UFT.

14 - INFRA-ESTRUTURA FÍSICA

Uma sala de aula, com recursos de Multimídia, com os seguintes equipamentos:

- Retroprojektor;
- DataShow;
- Computador (CPU, Teclado, DVD Player, etc);
- Vídeo VHS;
- Televisor;
- Flip Chart;
- Laboratório de Informática;
- Biblioteca.

15 – CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

A seleção dos participantes será realizada pela Diretoria de Desenvolvimento Humano juntamente com a Coordenação de Formação e Qualificação.

A seleção será realizada utilizando-se dos seguintes critérios por ordem de prioridade:

(Em atendimento ao art. 7º inciso II, parágrafo IV da Lei 11.091/05).

1ª Critério:

- Não possuir certificação que permita ascensão de progressão por qualificação, conforme anexo IV da Lei 11.091/05.

2ª Critério:

-Exercer cargo de chefia, tais como:

- Diretoria;
- Coordenadoria;
- Chefia de Setor.

3ª Critério:

- Maior tempo de serviço contado em anos;
- Maior idade.

O servidor preencherá um formulário, a partir do qual a CFQ avaliará a disponibilidade, experiência profissional, educacional e as motivações do candidato para a realização do Curso Administração Pública “Com Ênfase em Gestão Universitária”. Avaliará, também, sobre as expectativas de aplicação do conhecimento e formação no ambiente de trabalho em que está lotado e setores em que tenha aspiração para trabalhar.

OBS: Os Formulários, Declaração e Termo de Compromisso estarão disponíveis no site da UFT-PROAD/DDH/Documentos/Editais.

16 – INSCRIÇÃO

As inscrições devem ser efetuadas mediante preenchimento de formulário específico, disponibilizado na página da UFT (PROAD – DDH - Editais), na DPPG e no Departamento de Recursos Humanos, (através do Protocolo e endereçado à DDH).

São requisitos para inscrição:

- a) Ocupar cargo/função de técnico-administrativo;
- b) Formulário de inscrição;
- c) Formulário padrão de Currículo Vitae atualizado, (anexar documentos comprobatórios: cópias de certificados, portarias, etc.).
- d) Cópia do RG, CPF;
- e) Declaração do servidor informando que o mesmo não possui curso de pós-graduação (exceto para os servidores que exercem cargo de Direção, Coordenação e Chefia de Setor);
- f) Declaração do(a) Pró-Reitor(a) e ou Diretor (a) informando que o servidor exerce função de chefia, (somente para os servidores que exercem cargo de Direção, Coordenação e Chefia de Setor);
- g) Cópia autenticada do Diploma de Graduação e ou Declaração de Conclusão;
- h) Apresentar Termo de Compromisso (Modelo fornecido pela Diretoria de Desenvolvimento Humano) e ciência das exigências contidas no Edital.

OBS: Os Formulários, Declaração e Termo de Compromisso estarão disponíveis no site da UFT-PROAD/DDH/Documentos/Editais.

17 – PERÍODO DE INSCRIÇÕES

As inscrições serão realizadas nos períodos a seguir:

- Aos servidores que atendem ao primeiro critério: 18 a 22 de fevereiro de 2008, das 8h às 12h e das 14h às 17h;

- Aos servidores que atendem ao segundo critério: 25 a 28 de fevereiro de 2008, das 8h às 12h e das 14h às 17h;
- Aos servidores que atendem ao terceiro critério: 29 de fevereiro e 03 de março de 2008, das 8h às 12h e das 14h às 17h.

18 - RESULTADO

Resultado da seleção: via internet e telefone.

O resultado será divulgado no dia **04/03/2008**, através de comunicado da DDH, o qual será disponibilizado na página da Instituição (PROAD-DDH – Editais) e via telefone. (63) 3232 – 81 46 e 3232 – 8161.

19 - MATRÍCULAS

A matrícula será realizada na Diretoria de Desenvolvimento Humano no período: _

Início: 04/03/2008

Término: 07/03/08

Horário de atendimento: das 8h às 12h e das 14h às 17h.

Início do curso: 14/03/08

Término do curso: Outubro/ 2008.

20 – SISTEMA DE AVALIAÇÃO

Os indicadores adotados dimensionarão: Organização Didático-Pedagógica e Infra – Estrutura.

Na dimensão Organização Didático-Pedagógica, as categorias de análise e os grupos de indicadores são:

1. Gestão Acadêmica

- 1.1 Coordenação do Curso
- 1.2 Colegiado do Curso
- 1.3 Pessoal Técnico-administrativo
- 1.4 Apoio ao desenvolvimento acadêmico do discente

2. Projeto do Curso

- 2.1 Currículo
- 2.2 Sistema de Avaliação

Na dimensão Infra-Estrutura, as categorias de análise e os grupos de indicadores são:

1. Instalações Gerais

- 1.1. Espaço Físico
- 1.2. Equipamentos
- 1.3. Serviços

2. Biblioteca

- 2.1. Atendimento e Competência dos Servidores
- 2.2. Serviços Oferecidos
- 2.3. Instalações Físicas e Equipamentos

20 .1 Conceito para aprovação na disciplina e no programa

Disciplina: O aluno será aprovado na disciplina se obtiver um dos seguintes conceitos: B” (nota 7,0 a 8, 90) ou “A” (nota 9,0 a 10,0).

20.2 Critério de avaliação do desempenho do aluno na disciplina

O critério de avaliação dos alunos é de competência do professor da disciplina;

Entretanto, sugere-se que sejam considerados fatores como:

- a) conteúdo, qualidade e objetividade no material escrito;
- b) conteúdo, qualidade e objetividade na exposição oral de idéias, conceitos e trabalhos;
- c) participação em todos os componentes e eventos da disciplina.

20.3 Modelo de avaliação do desempenho da disciplina/curso- alunos/professor

O aluno e o professor deverão avaliar o desempenho nas disciplinas e no curso, por meio da atribuição de valores escalares a algumas afirmativas, cujo valor deve estar em consonância com uma das perspectivas do quadro seguinte:

21 - CONTROLE DE FREQUÊNCIA

Será realizado pelo professor de cada módulo e registrada em diário próprio.

22 – CRITÉRIOS DE APROVAÇÃO

A aprovação do aluno no curso depende dos seguintes requisitos:

Em relação a cada módulo:

- Obter no mínimo de 75% (setenta e cinco por cento) de frequência a cada um dos módulos;
- Obter conceito igual ou superior a “B”, em cada módulo, cujo critério de avaliação será definido pelo professor responsável, podendo consistir em aplicação de provas, pesquisas, produção de trabalhos individuais ou em grupo, atividades em sala de aula ou outras formas consideradas adequadas;

Em relação ao Artigo de Conclusão de Curso:

- Obter conceito igual ou superior a “B” no artigo de Conclusão do Curso.

Os conceitos deverão ser atribuídos com as seguintes bases:

CONCEITO	APROVEITAMENTO
A (Excelente)	De 90 a 100%
B (Bom)	De 70 a 89%
D (Insuficiente)	De 60 a 69%
E (Infrequente)	Abaixo de 75% de frequência

23 – ARTIGO (COM ÊNFASE EM ORGANIZAÇÃO)

O artigo poderá ser desenvolvido individualmente ou em grupo de até 4 (quatro) alunos .

O tema do artigo será analisado e discutido previamente com os alunos. Uma vez aprovado, o aluno começará a desenvolver o trabalho à partir da disciplina de Metodologia Científica.

Prazo final para entrega do Artigo (sem prorrogação): 07 de Novembro de 2008, das 8 às 12h.

24 – CERTIFICAÇÃO

Será fornecido pela Universidade Federal do Tocantins diploma de Pós-Graduação em Gestão Universitária, em nível de especialização, ao participante que obtiver grau de aproveitamento exigido e frequência mínima obrigatória.

25 - DESISTÊNCIAS E ABANDONOS

25.1 - O servidor inscrito no curso de pós-graduação que se encontrar impossibilitado de participar do mesmo deverá comunicar à respectiva chefia imediata, que informará o fato à Diretoria de Desenvolvimento Humano com antecedência mínima de 7(sete) dias em relação ao início do evento. Este procedimento visa à racionalização dos recursos financeiros e o aproveitamento da vaga por outro servidor.

25.2 - Em caso de abandono, a coordenação do curso comunicará o fato, de imediato, à chefia do servidor. Todos os casos de abandono serão analisados pela CFQ/DDH para aplicação das sanções passíveis. (“Considerar-se-á abandono de curso a ausência do servidor por três dias de curso consecutivos, sem justificativa plausível”. (PDIPCCTAE, pág. 38/39), Resolução 06/06 CONSUNI.)

“O abandono do evento curso pelo participante, sua reprovação por motivo de frequência, reprovação ou aproveitamento insatisfatório e ou descumprimento do item 10 deste edital, implicará em:

- Ressarcimento total das despesas realizadas, nas formas especificadas nos artigos 46 e 47 da Lei 8.112/90; e
- Impedimento de se inscrever em novos cursos de capacitação ou qualificação pelo período de 1(um) ano contado a partir da reprovação **(PDIPCCTAE, pág. 38/39) e (Resolução CONSUNI 06/ 06)”**.

O servidor estará isento do ressarcimento, além de apto pra se inscrever em novos cursos quando sua participação na ação for interrompida, em virtude de necessidade do serviço, formalmente justificada pela chefia imediata, bem como, licença para tratamento de saúde ou por motivo de doença em pessoa da família, nos termos dos art. 83 e 202 da Lei 8.112/90.

Fica vedada a participação do servidor que:

- I - Não houver realizado a devida prestação de contas em cursos anteriores;
- II – que estiver licenciado por motivo de doença;
- III – Desistência de curso de curta duração durante sua realização e durante a realização do curso de formação ou outros impedimentos legais.

26 – INDICADORES DE DESEMPENHO

26.1 Indicador de titulação dos professores

Indicadores	Método/Variáveis	Finalidade
Titulação dos professores – TP	$TP = (Nesp \times X1) / (NMs \times 2) + (NDSc \times X3)$ <p>NDS_c = número de professores Doutores; NMS_c = número de professores mestres Nesp = número de professores especialistas</p>	Informar índice de titulação dos professores do curso

26.2 Indicador de ingressos ao curso

Indicadores	Método / variáveis	Finalidade
Ingressos ao Curso – IC	$IC = \frac{NCC}{NAIC}$ <p>NCC = número de candidatos ao curso; NAIC = número de alunos ingressos no curso</p>	Informar índice de ingressos ao curso

26.3 Indicador de eficácia do curso

Indicadores	Método / variáveis	Finalidade
Eficácia do curso - EC	$EC = \frac{NACC \times 100}{NAIC}$ <p>NAIC = número de alunos ingressos no curso NACC = número de alunos certificados pelo curso.</p>	Informar em percentagem o grau de eficácia do curso.